



Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos
Arquivo Nacional
Conselho Nacional de Arquivos

ATA DE REUNIÃO

ATA DA VIGÉSIMA NONA REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE AVALIAÇÃO DE ACERVOS PRIVADOS (CAAP)

Aos treze dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e quatro, às 14h, na sala virtual <https://teams.microsoft.com>, foi realizada a vigésima nona reunião ordinária da Comissão de Avaliação de Acervos Privados (CAAP), criada pela Portaria nº 126 de 28 de maio de 2021, com a Secretaria-Executiva exercida pela SE-CONARQ. Estavam presentes: Aline Lopes de Lacerda, Leide Mota, Marcos Luiz Barreto Gomes, Maria Elizabeth Brea Monteiro, Marcelo de Lima da Silva e Marcília Gama. Francisco Alcides Cougo Junior justificou sua ausência. A reunião teve início com a participação de Leno Veras, Chefe do Arquivo Histórico da Fundação Bienal de São Paulo. Pesquisador Associado do Grupo de Acervos Digitais da USP, convidado para fornecer informações e esclarecimentos quanto à demanda de reconhecimento de interesse público e social para o Arquivo Histórico Wanda Svevo, Acervo da Bienal de São Paulo, conforme ficou acordado na 28ª reunião ordinária da CAAP. Leno Veras fez uma breve apresentação de sua formação e atividades profissionais e mencionou que seu trabalho na Fundação Bienal se deve à sua experiência com processos de digitalização de acervo e disponibilização via plataformas e com repatriação digital de acervos internacionais, sobretudo no campo quilombola e indígena. A Fundação adotou o software Coletiva e vem realizando uma grande liberação de dados e distribuição de insumos, tanto imagéticos quanto digitais, gratuitamente. Adotam uma ferramenta de acessibilidade para audiodescrição e estão trabalhando em outras formas de acessibilidade, inclusive sociais. Veras mencionou as itinerâncias que vem empreendendo tanto no Brasil como fora do país e a ideia de o arquivo acompanhar a itinerância com réplicas e totens digitais. Com o apoio da Secretaria Municipal de Cultura de São Paulo, digitalizaram 500 caixas-arquivo, cartazes, catálogos e a coleção de mídias. Veras reportou ainda um financiamento via lei de incentivo com a Secretaria de Cultura do Estado de São Paulo para a criação de um laboratório escola de transformação digital com o intuito de capacitar profissionais do campo da ciência da informação para o trabalho em instituições no âmbito da digitalização. Leno informou sobre a política de gestão documental quando aprovaram a estrutura de metadados, tabela de arranjo, tabela de temporalidade e quadro de arranjo. O desafio, segundo Veras, é trazer a bienal para o contexto da pesquisa ampliada e fomentar o ensino profissionalizante tecnológico junto aos institutos federais. Nesse sentido, o reconhecimento pelo Conarq abre a possibilidade de criar esse laboratório-escola acessando linhas de incentivo como o promovido pelo BNDES ou a Fundação Itaú, o que dará condições para lançar uma política de cooperação internacional. Veras também chamou a atenção para temáticas presentes no Arquivo Histórico Wanda Svevo como o contexto da ditadura militar e a representação de artistas brasileiros, seus posicionamentos políticos, a articulação internacional da arte latino-americana. Marcos Luiz Barreto Gomes questionou sobre as datas-limites dos conjuntos documentais, questão surgida em reuniões anteriores pela equipe da CAAP, já que alguns desses conjuntos são arquivos correntes que recebem contribuições no dia a dia. Veras informou que foram instauradas 3 linhas de trabalho: digitalização, implementação da tabela de temporalidade no arquivo intermediário e o arquivo histórico

que em 2024 fará 70 anos. Com esse propósito, Leno Veras propôs que a data limite poderia ser os 70 anos do arquivo da Fundação Bienal, consolidando o arquivo histórico Wanda Svevo contemplando, num processo de contemporaneidade, as curadorias negras, indígenas, femininas. Veras justifica o nome de Wanda Svevo ao arquivo histórico que foi secretária-geral do Museu de Arte Moderna de São Paulo, que morreu num acidente de avião a trabalho, dedicada à salvaguarda de dossiês de arte e de artistas que ela denominou como arquivos históricos da arte contemporânea, constituindo o primeiro conjunto. O segundo conjunto é o próprio Arquivo Histórico Wanda Svevo, configurando uma das poucas situações de um arquivo com nome de mulher em uma instituição de memória e de patrimônio. Assim o fundo Bienal se torna o fundo arquivo histórico Wanda Svevo demarcado pela chancela do Conarq nos seus 70 anos de existência e abrindo para um novo fundo contemporâneo que se abre a partir da primeira curadoria negra na Fundação Bienal. Esse arquivo histórico seria o arcabouço dessa primeira jornada documental, o primeiro produto histórico relacionado com a arte do século XX, com a arte moderna, e abriria para um fundo equitativo entre o digital e o material. Até a 10ª edição da bienal, a documentação está completamente digitalizada, até a 25ª o material está tratado para digitalização. No próximo ano, na 36ª edição, o arquivo seria constituído em processo junto com as exposições; que os artistas façam um “auto arquivo” declarando a etnia, raça, gênero, origem. O objetivo é que o documento, ao ser incorporado fisicamente, já esteja digitalizado e acessível e que a declaração de interesse público e social se constitua em um marco histórico e passe a integrar a história da própria Fundação. Maria Elizabeth Brêa Monteiro perguntou sobre a biblioteca da Fundação Bienal, onde ela se insere na solicitação encaminhada ao Conarq. Veras explica que a criação do arquivo não contemplava uma biblioteca que é formada por doações de representações nacionais, uma vez que as bienais eram organizadas por países. A biblioteca é fruto das relações institucionais tanto da Fundação Bienal quanto do Itamaraty, consulados e outras instituições culturais que encaminhavam os catálogos, livros de arte, livros de artistas entre outros itens. Veras mencionou que a Fundação tem inclusive uma relevante coleção museológica e uma fototeca com registros de arte latino-americana, mas a intenção é dissociar esses conjuntos bibliográficos e museológicos do conjunto arquivístico, dando a esses materiais tratamento específico. Aline Lacerda chamou a atenção para o caráter *sui generis* desse arquivo na sua composição, por ser uma documentação importante de uma instituição aberta. Aline Lacerda orientou que as diferentes tipologias que estão custodiadas não percam o vínculo com as ações da Fundação Bienal; fotos, cartazes, objetos podem ser lidos como documentos, amplo sentido e com bastante vínculo, na medida em que são produtos de um mesmo centro lógico que é a bienal, mantendo sua autonomia. Para Aline Lacerda, do ponto de vista dos metadados das informações, é importante manter as relações entre os objetos, as fotos, os cartazes, enfim com a documentação. Leno Veras esclareceu que a anotação, uma vez implementada, todas as outras tipologias se relacionam com o documento original e as outras coleções estão subordinadas no sentido do léxico e das autoridades, inclusive para o site. Leide Mota considerou que a apresentação de Leno Veras esclareceu as dúvidas que ainda repousavam em alguns pontos da solicitação encaminhada ao Conarq. Marcelo de Lima da Silva solicitou informações sobre a preservação de forma geral. Leno Veras respondeu que dispõe de uma equipe de conservação composta por um assistente, uma auxiliar, são profissionais, técnicas graduadas em conservação e restauro; mapotecas, material fílmico, todo refrigerado e acondicionado. Neste momento está sendo realizado um grande arco produtivo de higienização preventiva dos materiais que vão ser digitalizados no eixo conservação, que antes era conservação e restauro, e hoje está sendo nomeado de conservação e patrimônio. Há uma área de guarda isolada, com climatização. Dispõe também de um plano de conservação e um plano de emergência, validado pelo conselho da fundação junto com os outros instrumentos, e um plano de avaliação e monitoramento tanto de umidade e temperatura como de acidificação de papéis. Marcos Luiz Barreto Gomes consultou sobre os dossiês de artistas e os de arte sobre os quais Leno esclareceu que são fundos fechados, constituindo o fundo arquivos históricos de arte contemporânea; o fundo Bienal é aquele que a cada edição recebe novas incorporações. Na 36ª Bienal será aberto um novo conjunto e esse conjunto comporá o fundo bienal, mas ele não se relaciona com os fundos “mãe” e o fundo Ciccillo, e

tampouco faz parte desse conjunto originário que é esse cerne da documentação que são os arquivos históricos da arte contemporânea, que são os dossiês. Marcos Luiz Barreto Gomes apresentou a proposta de que os documentos permanentes do fundo, incluindo aqueles que ainda serão incorporados, sejam declarados de interesse público e social. A proposição foi aprovada por todos os membros da CAAP e pelo representante da Fundação Bienal de São Paulo. Marcília Gama questionou sobre a política de acesso. Veras respondeu que o objetivo principal é o acesso; a missão é o acesso e todo o trabalho de digitalização é voltado para a extroversão e circulação do acervo, além da preocupação com a acessibilidade para pessoas com deficiência – audiodescrição e libras. Após a apresentação de Leno Veras, ficou acordado que o parecer será revisto à luz das informações e esclarecimento fornecidos e uma nova redação desse parecer será apresentada na próxima reunião. Maria Elizabeth Brêa informou que não havia nenhum retorno por parte da direção-geral sobre a reunião de apresentação dos trabalhos da CAAP ou sobre a indicação de novos membros para a Comissão. Em seguida fez-se a leitura da ata da 28ª reunião da CAAP que foi aprovada pelos presentes. Não havendo mais nenhum assunto a tratar, ficou agendada para o dia 10 de setembro, às 14 horas, a próxima reunião da CAAP.



Documento assinado eletronicamente por **Marcos Luiz Barreto Gomes, Arquivista**, em 15/10/2024, às 09:29, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Marcelo de Lima da Silva, Usuário Externo**, em 15/10/2024, às 15:22, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Aline Lopes de Lacerda, Usuário Externo**, em 17/10/2024, às 13:26, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Leide Mota de Andrade, Usuário Externo**, em 21/10/2024, às 16:05, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Francisco Alcides Cougo Junior, Usuário Externo**, em 22/10/2024, às 11:00, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Maria Elizabeth Brea Monteiro, Antropóloga**, em 29/10/2024, às 09:02, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.arquivonacional.gov.br/autentica>, informando o código verificador **0403755** e o código CRC **COEFC0A2**.